

JUCESP  
30 09 13

JUCESP PROTOCLO  
0.959.388/ 3-8



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA HOLCIM (BRASIL) S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

**HOLCIM (BRASIL) S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, 1488, 5º andar, bloco 'D', Chácara Santo Antonio, CEP 04719-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob nº 60.869.336/0001-17 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 35300044924, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário", sendo o Agente Fiduciário e a Emissora referidos em conjunto como "Partes";

celebram a presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Holcim (Brasil) S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de setembro de 2013 ("AGE"), na qual foram deliberados os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidas abaixo).



*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





JUCESP  
30 09 13

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão (conforme abaixo definida) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1.1 Arquivamento e Publicação da AGE

2.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário do Comércio", em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.1.2 Inscrição da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v) abaixo, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de obtenção dos respectivos registros, 1 (uma) via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESP.

### 2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476"), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

### 2.1.4 Dispensa de Registro na ANBIMA

2.1.4.1 Conforme dispõe o parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 476.

### 2.1.5 Registro em Mercados Regulamentados



At



DUCESP  
30 09 13

2.1.5.1 As Debêntures (conforme definido abaixo), deverão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), e para negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

## 2.1.6 Debêntures de Investimento

2.1.6.1 Esta Emissão se enquadra nos termos do artigo 1º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), possuindo as Debêntures (conforme abaixo definido) as características necessárias para atender os requisitos previstos na referida lei.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: (a) a exploração de minas e jazidas em geral; (b) a indústria e o comércio de cimento, argamassa, pó calcário, para fins agrícolas ou industriais, e produtos complementares para a construção civil, in natura, bem como o beneficiamento de escória; (c) a importação e exportação de produtos e/ou serviços ligados ao seu objeto; (d) a prestação de serviços de concretagem e bombeamento de concreto e serviços de engenharia e correlatos; (e) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, próprias ou de terceiros; (f) a exploração de pedreiras para a produção de agregado para concreto e para qualquer outra finalidade do emprego da pedra e o exercício de atividades decorrentes da exploração de pedreiras; (g) o manuseio e co-processamento de combustíveis alternativos e resíduos industriais, incluindo a coleta e/ou a destinação final de resíduos que não possam ser co-processados, e prestação de serviços de análises laboratoriais para este fim; (h) prestação de serviços de informática a empresas coligadas da Companhia que estão sediadas no exterior; (i) compra e venda de equipamentos destinados à construção civil; (j) o licenciamento de uso de marcas de sua propriedade; (k) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

### 3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora (“Emissão”).



Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.



DUCE SP  
30 09 13

**3.3 Número de Séries**

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

**3.4 Valor Total da Emissão**

3.4.1 O montante total da Emissão será de até R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

**3.5 Quantidade de Debêntures**

3.5.1 Serão emitidas até 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures.

**3.6 Banco Mandatário e Instituição Escriuradora**

3.6.1 A instituição prestadora de serviços de banco liquidante e mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante" e "Banco Mandatário", conforme o caso).

3.6.2 A instituição responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras atribuições previstas na regulamentação da CETIP, é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriuradora").

**3.7 Destinação dos Recursos**

3.7.1 Nos termos do artigo 1º da Lei 12.431, os recursos obtidos por meio da Emissão serão exclusivamente aplicados nos projetos de investimento descritos no Anexo I ("Projetos de Investimento").

**3.8. Procedimento Simplificado de Alocação de Recursos**

3.8.1. Nos termos do artigo 1º, inciso VI, da Lei 12.431, a Emissora compromete-se a alocar os recursos captados nesta Emissão nos Projetos de Investimento de acordo com o procedimento simplificado também descrito no Anexo I.



Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.



DUCE SP  
30 09 13

### 3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), sendo que as Debêntures serão distribuídas por meio da intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), em regime de melhores esforços, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e do "Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 1ª Emissão da Holcim (Brasil) S.A.", celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.3 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.9.4 Para efeito do disposto no item anterior, consideram-se "Investidores Qualificados" aqueles (a) investidores qualificados no exterior de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, e (b) investidores definidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM nº 409"), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura; (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no Inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409 deverão



Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.



JUCESP  
30 09 13

subscrever, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.5 O Coordenador Líder, com o acompanhamento da Emissora, realizará coleta de intenção de investimentos, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação da demanda pelas Debêntures junto aos Investidores Qualificados ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

3.9.6 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476.

3.9.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definição abaixo ("Valor Nominal Unitário").

##### 4.2 Data de Emissão

4.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de outubro de 2013 ("Data de Emissão").

##### 4.3 Forma e Emissão de Certificados

4.3.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

##### 4.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures



AA



DUCE SP  
30 09 13

4.4.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Escrituradora. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

#### **4.5 Conversibilidade**

4.5.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### **4.6 Espécie**

4.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.

#### **4.7 Subscrição**

##### *4.7.1 Prazo de Subscrição*

4.7.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no Contrato de Distribuição e do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º da Instrução CVM nº 476.

##### *4.7.2 Preço de Subscrição*

4.7.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se para tanto 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

#### **4.8 Integralização e Forma de Pagamento**

4.8.1 As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP aplicáveis.

#### **4.9 Direito de Preferência**

4.9.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.



111



DUCE SP  
30 09 13

#### **4.10 Repactuação**

4.10.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11 Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.11.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### **4.12 Remuneração**

4.12.1 Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a até 14,0% (quatorze por cento) ao ano, a serem definidos através do Procedimento de *Bookbuilding*, calculados a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula indicada no item 4.12.4 abaixo ("Juros Remuneratórios").

4.12.2 Define-se como "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização das Debêntures sucede o anterior até a Data de Vencimento.

4.12.3 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 1º de outubro e de abril de cada ano ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 1º de abril de 2014 e o último pagamento será devido na Data de Vencimento das Debêntures, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures previstas nesta Escritura.

#### **4.12.4 Fórmula para Cálculo dos Juros Remuneratórios**

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:





DUCEAP  
30 09 13

J= valor dos juros remuneratórios devidos entre (a) a Data de Emissão; ou (b) a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, se houver, o que ocorrer por último e a data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa= Valor Nominal Unitário calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros= Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[ (taxa + I)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

taxa até 14,00% (quatorze por cento);

DP= é o número de Dias Úteis entre (a) a Data de Emissão; ou (b) a data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, se houver, o que ocorrer por último e a data do cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Para a determinação dos valores de pagamento da Remuneração o "Fator Juros" será calculado até a data de pagamento no respectivo mês de pagamento.

#### **4.13 Amortização das Debêntures**

4.13.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado integralmente em uma única parcela devida na Data de Vencimento, ressalvada a hipótese de resgate antecipado, conforme prevista no item 5.2 desta Escritura, ou de declaração de vencimento antecipado, conforme prevista no item 5.3. abaixo:

#### **4.14 Condições de Pagamento**

4.14.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no dia de seu respectivo vencimento (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.





DUCE SP  
30 09 13

4.14.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquela prevista na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.14.3. Caso as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto no artigo 1º da Lei 12.431 ou caso haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures, em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida lei durante a vigência das Debêntures e até a Data de Vencimento (conforme abaixo definido), a Emissora arcará com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.

#### **4.15 Encargos Moratórios**

4.15.1 Sem prejuízo da remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

#### **4.16 Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

4.16.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.17 Prazo e Data de Vencimento**





DUCE SP  
30 09 13

4.17.2.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2023 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

#### **4.18 Prorrogação dos Prazos**

4.18.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade onde a Emissora tem sua sede social, sendo que atualmente a sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### **4.19 Publicidade**

4.19.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal Diário do Comércio, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

#### **5.1 Aquisição Facultativa**

5.1.1 É vedada a recompra, pela Emissora e/ou por partes relacionadas, de Debêntures em Circulação, antes de transcorridos 24 (vinte e quatro) meses, contados da Data de Emissão. As Debêntures em Circulação poderão ser adquiridas pela



Handwritten signature or mark.

Handwritten mark or signature.



DUCE SP  
30 09 13

Emissora na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com as prescrições constantes do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431. A aquisição facultativa das Debêntures em Circulação deverá ser realizada nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no que não contrarie a regulamentação expedida pelo CMN e a Lei 12.431. Na data desta Escritura, a aquisição facultativa das Debêntures somente é permitida pela Lei 12.431 a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão. Após este prazo, é facultado à Emissora e/ou suas partes relacionadas, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM aplicáveis à matéria. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo). Alternativamente, as Debêntures adquiridas pela Emissora, nos termos desta Cláusula 5.1.1, poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com as prescrições constantes do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

## 5.2 Resgate Antecipado

5.2.1. É vedada a liquidação antecipada via resgate ou a amortização antecipada das Debêntures, salvo na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com as prescrições constantes do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 12.431. O resgate antecipado das Debêntures deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos no item 5.2.2 abaixo, no que não contrarie a regulamentação que vier a ser expedida pelo CMN e a Lei 12.431.

5.2.2. Observado o disposto no item 5.2.1, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o



1



DUCESP  
30 09 13

consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.19 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas no item IV abaixo; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (d) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido, de forma escrita, à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Findo o prazo estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures objeto do resgate;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, deverá ser realizado procedimento de sorteio, conforme previsto no artigo 55, parágrafo 2º, inciso 1º da Lei das Sociedades por Ações; e
- (v) o resgate antecipado das Debêntures somente poderá ser realizado nas datas de pagamento da Remuneração das Debêntures, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado, acrescido do prêmio de resgate, se



MA

1



DUCE SP  
30 09 13

houver.

5.2.3. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

### 5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 O Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 5.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigir da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis* conforme o disposto nesta Escritura, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, desde que tal incorreção ou engano não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora tomar conhecimento ou da data da notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, o que ocorrer primeiro;
- (ii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas oriunda da presente Emissão na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de até 14 (quatorze) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (iii) inadimplemento de dívidas financeiras ou de títulos e valores mobiliários no mercado local ou internacional a que esteja sujeita a Emissora e/ou sociedades controladas pela Emissora, no montante, individual ou agregado equivalente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), não sanado conforme prazo de cura previsto no instrumento original;





DUCE SP  
30 09 13

- (iv) declaração de vencimento antecipado de dívidas financeiras ou títulos e valores mobiliários no mercado local ou internacional a que esteja sujeita a Emissora e/ou sociedades controladas pela Emissora, no montante, individual ou agregado equivalente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (v) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento ou da data da notificação a ser enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, o que ocorrer primeiro;
- (vi) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.7 acima;
- (vii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 14 (quatorze) Dias Úteis contados do recebimento de tal protesto (1) a Emissora comprove ter sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, (2) for cancelado ou tenha seus efeitos suspensos por decisão judicial, (3) seja sanado de qualquer forma ou (4) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (viii) descumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado pela Emissora;
- (ix) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora;
- (x) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; e (d) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (xi) invalidação ou nulidade de quaisquer termos desta Escritura, conforme decretado por decisão arbitral não definitiva ou decisão judicial não definitiva em qualquer instância, contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de 15 (quinze) ou se tal efeito perder a validade após sua obtenção;



11



DUCE SP  
30 09 13

- (xii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xiv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xv) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem a prévia anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;
- (xvi) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) ocorrência de qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda, pela Holcim Ltd., do poder de controle da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xviii) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, salvo se a fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, conforme o caso, seja realizada de forma tal que o poder de controle da Emissora e da sociedade para a qual a parcela cindida seja vertida, caso aplicável, continue a ser exercido por Holcim Ltd.;
- (xix) venda, cessão, locação ou de qualquer forma alienação da totalidade ou parte relevante de ativos da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, de forma que afete a capacidade de pagamento da Emissora de suas obrigações relativas às



Handwritten mark or signature at the bottom right of the page.

Handwritten mark or signature at the bottom right of the page.



Debêntures, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; ou

- (xx) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures.

5.3.2 Para os fins de que trata esta Escritura, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (ii), (iv), (vi), (viii), (ix), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv), (xvii), (xviii) e (xix) do item 5.3.1, acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos"), não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.3.7 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. O Agente Fiduciário, por sua vez, assim que ciente, deverá enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento, nos termos no item 5.3.6., caso a Emissora ainda não o tenha comunicado, bem como publicar comunicação acerca do vencimento antecipado, dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos desta Escritura; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (iii), (v), (vii), (xvi) e (xx) do item 5.3.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos"), o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8.4 desta Escritura. A Emissora obriga-se a informar o Agente Fiduciário da ocorrência de tais no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento dos mesmos.

5.3.3 Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.3.2 (ii), acima, não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.



JUCESP  
30 09 13

5.3.4 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.3.2 (ii), acima, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.5 O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos do item 11.1 desta Escritura, eventual vencimento antecipado das Debêntures à CETIP e ao Banco Liquidante, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado Automático; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático.

5.3.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu pagamento deverá ser efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de declaração de vencimento antecipado. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.3.7 Caso a Emissora não proceda ao pagamento integral das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios incidentes desde a data de término do prazo acima referido até a data de seu efetivo pagamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

6.1 Enquanto as Debêntures estiverem em circulação, a Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração dos diretores da Emissora de





DUCE SP  
30 09 13

que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- (b) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; caso a solicitação do Agente Fiduciário decorra de exigência legal ou regulamentar, a Emissora deverá enviar tais informações e/ou documentos em até 2 (dois) Dias Úteis;
- (c) (1) dentro de 02 (dois) dias úteis após sua divulgação, a notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, se constituído, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, sendo certo que, caso não ocorra convocação, o Agente Fiduciário deverá ser informado com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência sobre qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, se constituído, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembleia ou reunião e a ordem do dia que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas; e (2) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, se houver, da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas;
- (d) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados que versem sobre as debêntures objeto da presente Escritura;
- (e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em até 5 (cinco) Dias Úteis



NA



JUCESP  
30 09 13

após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"):

- (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 5.3.1 acima no prazo de até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado, nos termos do item 5.3.2 acima;
  - (g) uma via original desta Escritura e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu arquivamento; e
  - (h) cópias da ata da AGE devidamente arquivada na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu arquivamento;
- (ii) sem prejuízo do disposto no item 7.3, alínea (v), desta Escritura, protocolar o pedido de arquivamento desta Escritura e de eventuais aditamentos na JUCESP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da respectiva data de assinatura;
  - (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
  - (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - (v) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura, caso o Agente Fiduciário tenha a obrigação de assim proceder, nos termos deste Escritura de Emissão, e não o faça;





DUCESP  
30 09 13

- (vi) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos, exceto aquelas que estiver discutindo de boa fé em âmbito judicial ou administrativo;
- (ix) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (x) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e da Instituição Escriutadora;
- (xi) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, quais sejam:
  - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;



Handwritten signature and the number '1'.



DUCEAP  
30 09 13

- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (xii) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xiii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, as quais, serão, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xiv) cumprir com toda a legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes das atividades compreendidas em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, bem como proceder com toda a diligência exigida para as atividades compreendidas em seu objeto social, visando a preservação do meio ambiente e o cumprimento das normas trabalhistas e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais e trabalhistas em vigor. A Emissora também será responsável por adotar todas as medidas necessárias relacionadas a suas atividades para resguardar o meio ambiente e cumprir com as disposições de órgãos Municipais, Estaduais e do Governo Federal que regulamentam e editam legislações e normas ambientais;





JUCESP  
30 09 13

- (xv) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores ("Instrução CVM nº 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xvi) comunicar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis, aos detentores das Debêntures e ao Agente Fiduciário qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional;
- (xvii) manter válidas todas as concessões, autorizações, alvarás de funcionamento e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira;
- (xviii) efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto aqueles que estiver discutindo de boa fé em âmbito judicial ou administrativo;
- (xix) manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção das suas condições de operação e funcionamento;
- (xx) não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura, especialmente com relação a destinação dos recursos captados na Emissão; e
- (xxi) cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, é nomeada como agente fiduciário desta Emissão e expressamente aceita,



11/11

1



JUCESP  
30 09 13

nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.



Handwritten signature

Handwritten mark



JUCESP  
30 09 13

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;





DUCE SP  
30 09 13

- (ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.16 acima;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e



1



DUCE SP  
30 09 13

- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias, se aplicável;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CETIP; e
  - (d) na CVM;
- (xiv) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, o Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xvi) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias em que tomar conhecimento, ou nos prazos específicos determinados nas demais cláusulas da Escritura, de qualquer inadimplemento,



1



DUCE SP  
30 09 13

pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e

- (xix) caso tome conhecimento, notificar a Emissora do descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis.

7.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures, nos termos do item 5.3 acima, e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 7.4 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 7.4 (iv) acima.

7.6 Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.



Handwritten signature or mark at the bottom of the page.



JUCESP  
30 09 13

7.6.1 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 7.6 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

7.6.2 Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 7.6 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.6.4 A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.5 Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

7.6.6 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente venha a incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios, incluindo:

- (i) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) despesas com especialistas, incluindo auditoria e/ou fiscalização;



11



JUCESP  
30 09 13

- (iii) locomoções e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis e comprovadas; e
- (iv) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis.

7.6.6.1. O Agente Fiduciário desde já concorda que as despesas indicadas no item 7.6.6 acima poderão não ser reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas (i) em discordância a função fiduciária que lhe é inerente e/ou (ii) em inobservância aos critérios de bom senso e razoabilidade geralmente praticados em relações comerciais similares.

7.6.7 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.



At

f



DUCE SP  
30 09 13

7.6.8 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido quitado na forma prevista no item 7.6.7 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

7.6.9 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, se notificado para tal.

7.6.10 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência à data do pagamento.

7.6.11 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

7.7 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude





JUCESP  
30 09 13

ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre Assembleia Geral de Acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem, em conjunto, 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.5 A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de segunda convocação.

8.6 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, em conjunto, 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



MA



DUCESP  
30 09 13

8.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto:

- (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; e
- (ii) nas hipóteses (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos nesta Escritura; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (d) modificações ou exclusões nos Eventos de Vencimento Antecipado; e (e) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.11 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.12 Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.





DUCE SP  
30 09 13

#### CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:
- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
  - (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
  - (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
  - (v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, para exercer a função que lhe é conferida;
  - (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
  - (vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
  - (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
  - (ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;



Handwritten signature

Handwritten mark



DUCESP  
30 09 13

- (x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28; e
- (xii) na data de assinatura desta Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em outra emissão da Emissora ou sua coligada, controlada ou controladora, ou sociedade integrante do mesmo grupo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é companhia fechada validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição são verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (v) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- (vi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de cálculo da Remuneração, acordados por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;





JUCESP  
30 09 13

- (vii) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (viii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (ix) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer órgão público ou regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto pela (a) publicação da ata da AGE nos termos do item 2.1.1.1 acima; (b) a inscrição da AGE e da Escritura na JUCESP; e (c) registro das Debêntures na CETIP;
- (x) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (xi) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xii) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (xiii) suas demonstrações financeiras individuais e relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos;
- (xiv) não existem, até a data de assinatura desta Escritura, quaisquer processos administrativos ou judiciais que possam de qualquer modo afetar a capacidade financeira da Emissora ou as Debêntures; e



Handwritten signature.



JUCESP  
30 09 13

- (xv) no melhor conhecimento da Emissora até a presente data, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

10.2 A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

**HOLCIM (BRASIL) S.A.**

Rua Verbo Divino, 1488, 5º andar, bloco "D".

04719 -002 – São Paulo/SP

At.: Sr. Otmar Hübscher

Tel.: (11) 5180-8821

E-mail: [otmar.hubscher@holcim.com](mailto:otmar.hubscher@holcim.com)

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro/RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [middle@pentagonotrustee.com.br](mailto:middle@pentagonotrustee.com.br) / [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

- (iii) Para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04344-902, São Paulo - SP



14



JUCE SP  
30 09 13

At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para a Instituição Escrituradora:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar  
CEP 04538-132, São Paulo - SP  
At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
20031-170 – Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481  
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano  
01452-001 – São Paulo/SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1564  
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada





JUCESP  
30 09 13

pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo, simultânea ou isoladamente. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



Handwritten signature or mark at the bottom of the page.



JUCE SP  
30 09 13

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 9 de setembro de 2013.

*(assinaturas nas páginas seguintes)*



Handwritten signature.

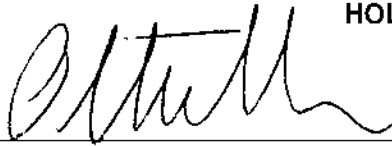
Handwritten mark or signature.



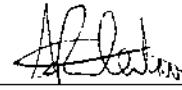
JUCESP  
30 09 13

(Página de assinaturas 1/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Holcim (Brasil) S.A." celebrada entre Holcim (Brasil) S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 9 de setembro de 2013)

HOLCIM (BRASIL) S.A.



Nome: **Otmar Hübscher**  
Cargo: **Presidente**



Nome: **André Roberto Leitão**  
Cargo: **Diretor Comercial**





JUCESP  
30 09 13

(Página de assinaturas 2/2 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Holcim (Brasil) S.A." celebrada entre Holcim (Brasil) S.A. e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 9 de setembro de 2013)

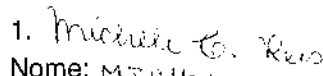
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome:


Cargo:

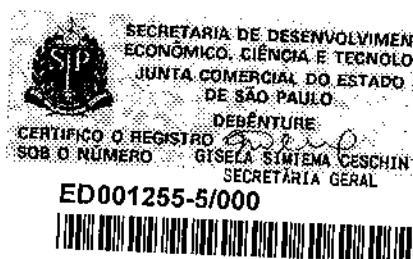
  
Nilismara Oliveira  
Kojo Ferreira  
Procuradora

**TESTEMUNHAS:**

1.   
Nome: MICHELE CASTRO DOS REIS  
CPF: 389.843.488-88

2.

  
Nome: Pedro Wagner Roschel Motta  
CPF: 360987538-74







DUCE SP  
30 09 13

ANEXO I

**PROJETO DE INVESTIMENTO E PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO**

<b>Objetivo do Projeto de Investimento</b>	Expansão de capacidade de produção de cimento da planta localizada na Cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.
<b>Data de início ou estimada para o início do Projeto de Investimento, conforme o caso</b>	Início em agosto de 2011.
<b>Fase atual do Projeto de Investimento</b>	Em construção.
<b>Data de encerramento ou prazo estimado para o encerramento do Projeto de Investimento, conforme o caso</b>	Encerramento estimado em dezembro de 2014.
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto de Investimento</b>	Estimado em R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).
<b>Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto de Investimento</b>	R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).
<b>Percentual dos recursos financeiros necessários ao Projeto de Investimento provenientes das Debêntures</b>	30% (trinta por cento).
<b>Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures</b>	Os recursos obtidos serão destinados à aquisição de equipamentos e à contratação de serviços necessários à expansão da unidade fabril da Emissora, localizada na Cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais, que serão



14



DUCE SP  
30 09 13

	<p>utilizados até a data prevista de encerramento da obra (dezembro de 2014). Dentre os bens e serviços a serem financiados pela emissão das debêntures destacam-se a aquisição dos equipamentos de moagem do cimento, correia transportadora de matéria prima desde a jazida até os britadores de calcário, sub estação elétrica da unidade, material de concretagem das obras civis, terrenos necessários na instalação e operação da unidade, além de salários, encargos e despesas diretas de pessoal próprio dedicado a construção da unidade. Todos estes custos e aquisições serão incorporados ao custo do Projeto (CAPEX).</p>
--	---



BA

1